

Fatores condicionantes da demanda interna seguiram determinando a expansão da atividade econômica no segundo e no início do terceiro trimestre do ano. Nesse sentido, a ampliação dos rendimentos reais, favorecida pelo contexto benigno da inflação, o crescimento do emprego, o aumento das concessões de crédito, a flexibilização da política monetária e a evolução favorável dos indicadores de risco-país têm-se refletido na evolução crescente do consumo das famílias e dos investimentos privados – a despeito, nesse caso, da retração à margem observada recentemente. Em relação à demanda externa, segue-se registrando acomodação na expansão das vendas e aceleração das importações.

Do ponto de vista da oferta, a atividade agropecuária mostrou recuperação, após a desaceleração observada no final de 2005 e no primeiro trimestre deste ano, e delinea perspectivas favoráveis, amparadas nas estimativas para a safra. A produção industrial manteve-se em patamar elevado e, a despeito disso, apresenta margens relativamente confortáveis nos níveis de utilização da capacidade instalada. Deve-se destacar, ainda, o desempenho positivo apresentado pela construção civil, setor que se tem favorecido, entre outros fatores, das medidas de estímulo ao crédito habitacional.

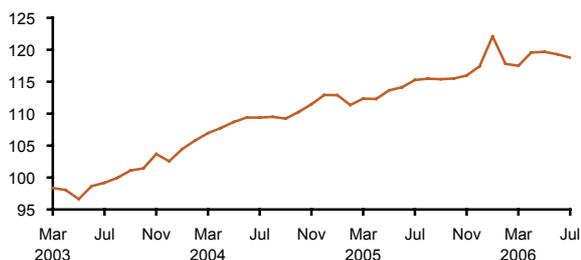
### 1.1 Vendas no varejo

A evolução dos indicadores do comércio varejista no segundo trimestre deste ano indica a manutenção da tendência de crescimento verificada desde meados de 2003. A continuidade da expansão das vendas tanto de bens de consumo duráveis como de não duráveis reflete, principalmente, a consistente ampliação da renda real e as melhores condições de crédito, com redução das taxas de juros e ampliação dos prazos dos empréstimos.

O Índice de Volume de Vendas no Varejo, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

**Gráfico 1.1 – Índice de Volume de Vendas no Varejo – Total**

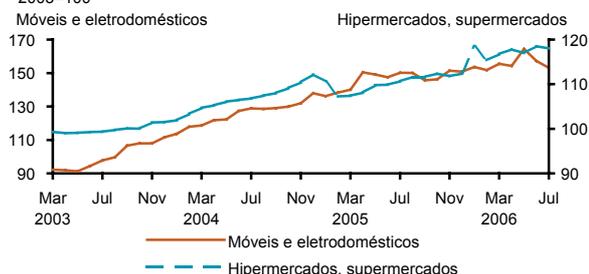
Dados dessazonalizados  
2003=100



Fonte: IBGE

**Gráfico 1.2 – Índice de Volume de Vendas no Varejo**

Dados dessazonalizados  
2003=100

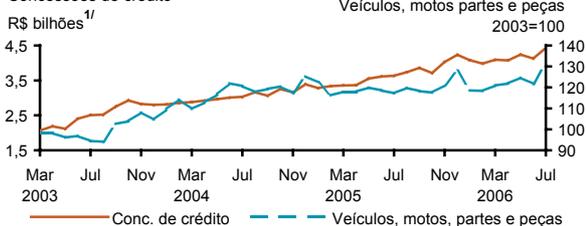


Fonte: IBGE

**Gráfico 1.3 – Índice de Volume de Vendas no Varejo e concessões de crédito**

Dados dessazonalizados

Concessões de crédito



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

1/ Operações de crédito a pessoa física com recursos livres, para aquisição de veículos, a preços de maio de 2006.

**Tabela 1.1 – Índice de vendas no varejo – Brasil**

Julho de 2006

Discriminação	Variação % acumulada no ano		
	Receita nominal	Volume	Preços
Comércio varejista	6,9	5,2	1,6
Combustíveis e lubrificantes	3,6	-10,0	15,2
Hipermercados e supermercados	5,6	7,2	-1,5
Tecidos, vestuário e calçados	7,0	1,6	5,3
Móveis e eletrodomésticos	6,5	8,0	-1,4
Automóveis e motocicletas	5,9	3,8	2,0

Fonte: IBGE

aumentou 0,8% no trimestre encerrado em julho de 2006, em relação ao trimestre finalizado em abril, considerados dados dessazonalizados. Destacaram-se os crescimentos das vendas nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 2,8%, e hipermercados e supermercados, 1%, enquanto, em sentido inverso, as vendas de combustíveis e lubrificantes recuaram 3,4%, no trimestre. As vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças, segmento que não é considerado no cálculo do índice geral, apresentaram forte recuperação, crescendo 4,7% na mesma base de comparação, trajetória que deverá ser estimulada pela melhora nas condições do crédito.

A receita nominal de vendas cresceu 6,9% nos primeiros sete meses de 2006, em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando-se aumentos de 5,2% no volume de vendas e de 1,6% nos preços do varejo. Nos segmentos tecidos, vestuário e calçados; móveis e eletrodomésticos; e hipermercados e supermercados, a variação da receita nominal superou a inflação média de 4,8% registrada pelo IPCA, no período.

As vendas no varejo elevaram-se em dezoito das 27 unidades da Federação pesquisadas pelo IBGE, no trimestre encerrado em julho de 2006, ante o trimestre fevereiro-abril, considerando dados dessazonalizados. As maiores elevações ocorreram em Sergipe, 8,4%; São Paulo, 8,4%; Pará, 7,1%; e Minas Gerais, 6,4%.

Outros indicadores relacionados ao comércio confirmaram a tendência de expansão, em especial das vendas de bens duráveis. Nesse sentido, as vendas de veículos pelas concessionárias cresceram 8,1% no trimestre finalizado em agosto, comparativamente ao trimestre encerrado em maio, segundo dados dessazonalizados. A persistir a tendência observada desde o início do ano, as vendas de automóveis no mercado doméstico deverão superar o recorde histórico verificado em 1997.

Indicadores do comércio do estado de São Paulo sugerem a acomodação das vendas em patamar elevado. No trimestre encerrado em agosto, o número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), indicador de compras a prazo e de maior valor agregado, divulgado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), manteve-se estável em relação ao trimestre encerrado em maio, de acordo com dados dessazonalizados. O Usecheque, indicador de compras à vista e de menor valor, apresentou queda de 0,1%, nessa mesma base de comparação. No acumulado do ano, as consultas ao Usecheque registram alta de 6,4% e as realizadas junto ao SCPC, de 3,3%.

**Tabela 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo**

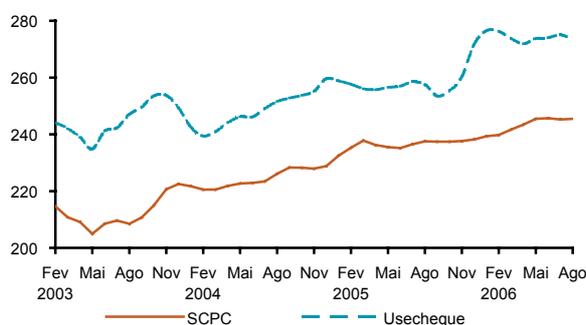
Discriminação	Variação percentual				
	2006				
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
<b>No mês<sup>1/</sup></b>					
Comércio varejista	-0,3	1,8	0,1	-0,3	-0,5
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-2,2	-0,6	-0,2	-0,4
Hipermercados e supermercados	1,2	0,9	-0,7	1,4	-0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-3,0	2,9	-0,6	-2,6	-0,7
Móveis e eletrodomésticos	2,5	-0,8	6,5	-4,3	-2,6
Automóveis e motocicletas	2,2	0,7	2,4	-2,4	8,2
<b>Trimestre/trimestre anterior<sup>1/</sup></b>					
Comércio varejista	2,4	-0,2	-0,2	0,3	0,8
Combustíveis e lubrificantes	-3,4	-5,1	-6,3	-5,0	-3,4
Hipermercados e supermercados	4,2	2,1	1,5	0,8	1,0
Tecidos, vestuário e calçados	-1,4	-3,1	-3,1	-1,4	-1,7
Móveis e eletrodomésticos	2,7	1,3	4,0	3,3	2,8
Automóveis e motocicletas	-2,3	-1,8	0,7	2,9	4,7
<b>No ano</b>					
Comércio varejista	5,0	5,6	6,0	5,7	5,2
Combustíveis e lubrificantes	-8,3	-8,9	-9,5	-10,0	-10,0
Hipermercados e supermercados	5,2	7,4	7,4	7,6	7,2
Tecidos, vestuário e calçados	5,0	2,6	4,3	2,9	1,6
Móveis e eletrodomésticos	11,1	8,9	10,4	9,1	8,0
Automóveis e motocicletas	2,5	0,6	3,0	1,8	3,8

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

**Gráfico 1.4 – Indicadores de comércio varejista**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: ACSP

**Tabela 1.3 – Indicadores de inadimplência**

Discriminação	Taxa %					
	2006					
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Ano <sup>1/</sup>
<b>Cheques devolvidos<sup>2/</sup></b>						
Brasil	7,1	7,0	6,6	6,3	6,2	6,6
Norte	10,5	10,1	9,9	9,1	9,1	9,8
Nordeste	10,2	10,0	9,4	8,8	8,5	9,3
Sudeste	6,5	6,3	6,1	5,8	5,7	6,1
Centro-oeste	8,1	8,1	7,7	7,2	7,0	7,6
Sul	6,6	6,6	6,2	5,9	5,9	6,3
SCPC (SP) <sup>3/</sup>	6,9	8,2	5,0	3,9	5,6	6,0

Fonte: ACSP e Bacen

1/ Média no ano.

2/ Cheques devolvidos por insuficiência de fundos/cheques compensados.

3/ [Novos registros (-) registros cancelados]/[consultas realizadas (t-3)].

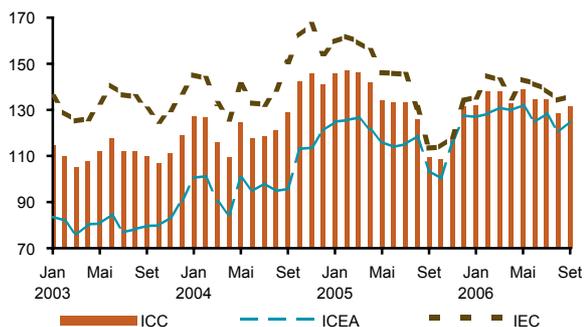
Os indicadores de inadimplência apresentaram, no período de junho a agosto, estabilidade em relação aos índices de períodos correspondentes do ano anterior. O patamar atual da inadimplência segue consistente com a evolução das vendas no varejo e revela tendência de acomodação em todas as regiões do País. Assim, a relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu 6,2% em agosto, ante 6,3% em julho e 6,6% em junho de 2006.

A taxa líquida de inadimplência no estado de São Paulo, mensurada a partir de estatísticas da ACSP envolvendo novos registros e cancelamentos no SCPC, atingiu 6% na média dos primeiros oito meses do ano, ante 5,9% no período correspondente de 2005.

As pesquisas destinadas à avaliação das expectativas dos consumidores mostraram comportamentos distintos no final do segundo e no início do terceiro trimestres de 2006. As pesquisas nacionais revelaram estabilidade em níveis acima das respectivas médias históricas. Por outro lado, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), apresentou queda de 4,5% em agosto, em relação ao mês anterior. Considerados seus componentes, o Índice de Expectativas do Consumidor (IEC), que representa 60% do índice geral, registrou queda de 1,6%, e o Índice de Condições Econômicas Atuais (ICEA), que representa o restante do índice geral, decresceu 4,9%. Segundo a Fecomercio SP, os recorrentes atos de violência no estado de São Paulo explicam, em parte, a queda mais acentuada na confiança dos consumidores paulistas, nas expectativas de curto prazo. Já os dados de setembro, recentemente divulgados, mostram recuperação dos indicadores de confiança em São Paulo, com altas mensais de 2,3% no ICC e de 1,3% no IEC. A Fecomercio atribui essa melhora a uma avaliação mais positiva das condições econômicas atuais pelas camadas da população de renda mais baixa, com a classe média mostrando-se mais cautelosa.

O Índice Nacional de Expectativas do Consumidor (Inec), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com base na pesquisa realizada entre 9 e 13 de junho, apresentou estabilidade no trimestre encerrado em junho, em relação aos primeiros três meses do ano, e crescimento de 4,5% ante o mesmo período do ano anterior. O comportamento do indicador foi impulsionado, sobretudo, pela melhoria nas expectativas com relação à inflação e à renda e pela redução no medo do desemprego.

**Gráfico 1.5 – Índice de Confiança do Consumidor**



Fonte: Fecomercio SP

Na mesma direção, o Índice Nacional de Confiança (INC) divulgado pela ACSP atingiu 126 pontos em junho, em uma escala que varia de zero (pessimismo absoluto) a 200 (otimismo absoluto), mostrando estabilidade no fim do segundo trimestre do ano corrente. O INC é baseado em mil entrevistas mensais, realizadas em setenta cidades de nove regiões metropolitanas em todo o Brasil. Segundo a ACSP, a melhora no desempenho do índice geral decorre da queda da inflação, em especial dos preços dos alimentos; da recuperação do emprego e do aumento da renda. Em termos regionais, o desempenho do indicador não é uniforme. Ainda segundo a ACSP, no Nordeste, onde o impacto do salário mínimo é maior, ocorreu crescimento mais acentuado, enquanto na região Sul, a estiagem dos dois últimos anos, que comprometeu a renda agrícola, e o comportamento desfavorável de setores exportadores afetaram negativamente a confiança dos consumidores.

## 1.2 Produção

### Agropecuária

O setor agropecuário apresentou crescimentos de 1% no segundo trimestre e de 0,3% no primeiro semestre de 2006, ante os períodos correspondentes do ano anterior, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE. Considerados dados dessazonalizados, a agropecuária expandiu-se em 0,8% no segundo trimestre de 2006, em relação ao primeiro trimestre do ano, evidenciando as safras favoráveis de café, soja e milho.

### Lavoura

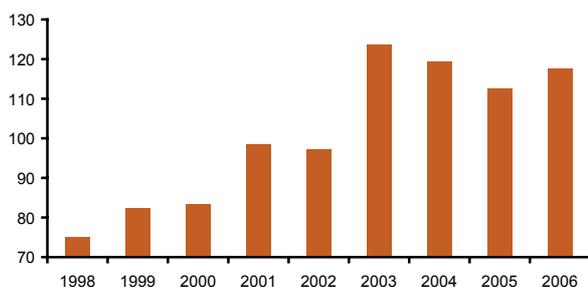
De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) realizado pelo IBGE em agosto, a safra de grãos deverá totalizar 117,7 milhões de toneladas no ano, com crescimento de 4,5% em relação a 2005. Esse resultado refletiu redução de 4% na área plantada e elevação de 8,9% no rendimento médio.

A produção de soja foi estimada em 52,4 milhões de toneladas, com expansão anual de 2,5%. A área plantada decresceu 4%, e a produtividade média aumentou 6,8%, no período.

A safra de milho deverá situar-se em 42,2 milhões de toneladas. O aumento de 20,2% em relação a 2005 será

**Gráfico 1.6 – Produção de grãos**

Em milhões de toneladas



Fonte: IBGE  
1/ Estimativa.

**Tabela 1.4 – Produção agrícola**

Discriminação	Em mil toneladas		Variação %
	Produção		
	2005	2006 <sup>1/</sup>	
Produção de grãos	112 574	117 694	4,5
Caroço de algodão	2 309	1 766	-23,5
Arroz (em casca)	13 226	11 525	-12,9
Feijão	3 012	3 477	15,4
Milho	35 116	42 193	20,2
Soja	51 138	52 428	2,5
Trigo	4 658	3 369	-27,7
Outros	3 115	2 937	-5,7

Fonte: IBGE  
1/ Estimativa.

proporcionado por crescimentos de 8,6% na área cultivada e de 10,6% na produtividade.

A produção total de feijão é estimada em 3,5 milhões de toneladas, com elevação anual de 15,4%. O rendimento médio deverá crescer 7,7%, e a área plantada, 7,1%.

A produção de arroz é prevista em 11,5 milhões de toneladas. A redução anual de 12,9% reflete, especialmente, o corte de 24,3% na área plantada, em oposição ao aumento de 15,1% na produtividade média da cultura.

A triticultura nacional, com decréscimo de 27,7% no ano, deverá produzir 3,4 milhões de toneladas. A área cultivada recuou 29,2% enquanto a produtividade média cresceu 2,2%.

A produção de café deverá crescer 20% no ano, totalizando 2,6 milhões de toneladas. Contribuíram para esse resultado o ciclo de alta na bianualidade da cultura e o estímulo para o uso de defensivos e fertilizantes, determinantes da produtividade anual da lavoura, proporcionado pela elevação das cotações internacionais da *commodity*. A área plantada e o rendimento médio deverão elevar-se 1% e 18,8%, respectivamente, no ano.

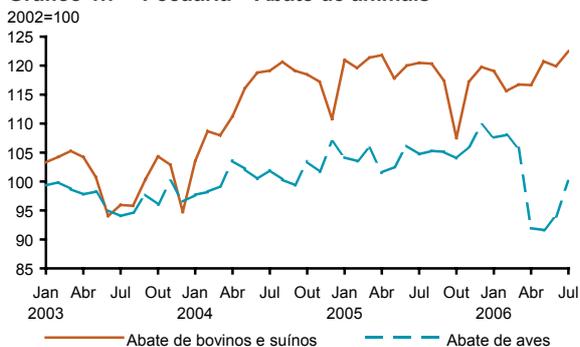
A safra de cana-de-açúcar deverá situar-se em 455,3 milhões de toneladas. Os principais determinantes da expansão anual de 7,7% constituíram-se nos aumentos dos preços do açúcar no mercado externo e das vendas de álcool, nos mercados externo e interno. A área plantada apresenta crescimento de 6,5%, e o rendimento médio, de 1,1%.

## Pecuária

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, realizada pelo IBGE, a produção de bovinos alcançou 1,6 milhão de toneladas no primeiro trimestre do ano, apresentando aumento de 9% em relação ao mesmo trimestre em 2005. As exportações relativas ao período de janeiro a julho totalizaram 651,5 mil toneladas, com redução de 0,9% em relação ao mesmo período de 2005.

Consideradas as mesmas bases de comparação, as produções de aves e de suínos atingiram 2,1 milhões e 529 mil toneladas no primeiro trimestre do ano, com crescimentos de 14,7% e 8,8%, respectivamente. Adicionalmente, as exportações de carnes de aves e de suínos recuaram 13,2% e 30%, respectivamente, de janeiro a

**Gráfico 1.7 – Pecuária – Abate de animais**



Fonte: IBGE

**Tabela 1.5 – Produção da pecuária**

Peso total das carcaças

Discriminação	Variação % acumulada no ano					
	2005			2006		
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Bovinos	8,7	7,6	7,4	8,5	6,6	9,0
Suínos	13,2	14,8	15,4	12,5	9,7	8,8
Aves	12,3	12,2	11,9	16,3	14,5	14,7

Fonte: IBGE

**Tabela 1.6 – Produção industrial**

Discriminação	Variação percentual			
	2006			
	Abr	Mai	Jun	Jul
<b>Indústria geral</b>				
No mês <sup>1/</sup>	-0,1	1,5	-1,3	0,6
Trimestre/trimestre anterior <sup>1/</sup>	0,7	0,3	0,6	0,6
Mesmo mês do ano anterior	-1,8	4,8	-0,6	3,2
Acumulado no ano	2,9	3,3	2,6	2,7
Acumulado em 12 meses	2,6	2,6	2,0	2,2
<b>Indústria de transformação</b>				
No mês <sup>1/</sup>	0,5	1,1	-1,5	0,7
Trimestre/trimestre anterior <sup>1/</sup>	0,6	0,0	0,6	0,4
Mesmo mês do ano anterior	-2,1	4,7	-0,7	3,0
Acumulado no ano	2,5	3,0	2,3	2,4
Acumulado em 12 meses	2,2	2,1	1,6	1,8
<b>Extrativa mineral</b>				
No mês <sup>1/</sup>	0,2	1,5	-4,5	5,2
Trimestre/trimestre anterior <sup>1/</sup>	1,8	2,0	0,1	0,6
Mesmo mês do ano anterior	4,7	6,6	1,0	6,6
Acumulado no ano	10,9	10,0	8,4	8,1
Acumulado em 12 meses	11,3	10,4	9,2	8,8

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

julho de 2006, em relação ao mesmo período do ano anterior, com o resultado do segmento avícola evidenciando a retração da demanda mundial associada à gripe aviária.

## 1.3 Produção industrial

O nível de atividade industrial apresentou relativa acomodação nos últimos meses. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, a indústria brasileira cresceu 0,6% no trimestre maio-julho, comparativamente ao trimestre encerrado em abril, com base em dados dessazonalizados. As indústrias extrativa e de transformação registraram expansões de 0,6% e de 0,4%, no período. Nos primeiros sete meses de 2006, a produção industrial agregada cresceu 2,7% ante período equivalente do ano anterior; combinando avanços de 8,1% da indústria extrativa e de 2,4% da indústria de transformação (ver box "Desconcentração Regional da Produção da Indústria de Transformação").

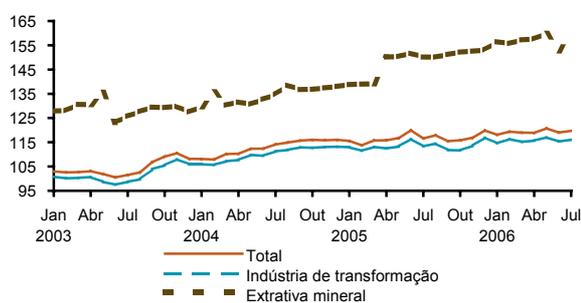
A contribuição do mercado interno para o crescimento industrial continua ganhando importância *vis-à-vis* o mercado externo, não obstante os índices divulgados pelo IBGE que agregam os produtos segundo o grau de exportação de cada segmento terem revelado que a categoria de alto coeficiente exportador apresentou crescimento acumulado de 3% nos primeiros sete meses, e a de baixo coeficiente exportador, de 2,7%. A redução da contribuição das exportações líquidas é perceptível, principalmente em segmentos que possuem coeficientes de exportação elevados e nos quais, de acordo com dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), ocorreu queda do *quantum* exportado ou redução expressiva no ritmo de crescimento das exportações. Nessa categoria, incluem-se segmentos como material eletrônico; indústria do açúcar; refino de óleos vegetais; veículos automotores; abate e preparação de carnes; e madeira e mobiliário. Em outros segmentos, como material elétrico; têxtil; e indústrias diversas, o aumento das importações foi determinante para a redução da contribuição das exportações líquidas para a formação da taxa de crescimento.

De acordo com dados de *quantum* da Funcex, dessazonalizados pelo Banco Central, as exportações de manufaturados recuaram 2,2% e as de semimanufaturados, 6%, no trimestre maio-julho ante o trimestre encerrado em abril. Entre as categorias de uso, somente as exportações de intermediários e combustíveis aumentaram nessa comparação, 1% e 7%, respectivamente. Por outro lado, as

**Gráfico 1.8 – Produção industrial**

Dados dessazonalizados

2000=100



Fonte: IBGE

## Desconcentração Regional da Produção da Indústria de Transformação

A maior parte da produção da indústria de transformação, setor responsável por cerca de 23% da geração do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, tem sido desenvolvida na região Sudeste. Considerando o valor da transformação industrial<sup>1</sup>, da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE, a produção gerada na região Sudeste respondia por 69,3% do valor total da produção em 1996, recuando para 61,6% em 2004, enquanto a produção da região Nordeste passou a ser a terceira mais importante do País, quando anteriormente ocupava a quarta posição (Gráfico 1). Registrou-se, no período, um movimento de desconcentração da produção industrial, com o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH)<sup>2</sup>, calculado com base na participação dos estados no valor da produção da indústria de transformação, passando de 0,286, em 1996, para 0,223, em 2004.

Gráfico 1 – Participação no valor da transformação industrial



Fonte: IBGE/PIA

1/ Considerou-se como *proxy* do valor da transformação industrial, em cada estado, a soma das atividades classificadas como indústrias de transformação mais a categoria “Outros”. Tendo em vista as regras de desidentificação adotadas pelo IBGE na PIA, de acordo com a legislação vigente, são omitidas informações para os produtos com apenas um ou dois informantes, em cada estado que, agregadas, formam a categoria em questão.

2/ O IHH varia entre zero, concentração nula, e um, concentração máxima. A ocorrência de concentração máxima significaria que o total da produção industrial brasileira seria realizada em apenas um estado. O IHH calculado com base na participação das regiões no total da produção também indicou menor concentração, recuando de 0,5080 para 0,4504, no período.

**Tabela 1 – Taxa de crescimento do valor real da transformação industrial, por região geográfica<sup>1/</sup>**

Ano						%	
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total	
1997	5,4	7,0	-2,7	-6,4	15,2	4,7	
1998	-0,6	0,7	4,5	-7,6	22,4	0,0	
1999	-10,3	0,9	1,1	-3,8	-18,4	-7,3	
2000	7,2	5,3	19,5	25,8	77,9	9,4	
2001	1,0	7,8	2,0	8,1	-32,0	2,0	
2002	-13,7	-10,9	-10,3	-8,6	0,2	-12,4	
2003	12,1	13,9	12,4	9,9	52,8	13,0	
2004	-2,2	-5,0	-2,8	7,1	3,7	-2,3	

Fonte: IBGE

1/ Dados corrigidos pelo IPA – Produtos industriais, da FGV.

**Tabela 2 – Variação de indicadores da atividade industrial entre 1996 e 2004**

Regiões	%		
	Número de unidades	Valor real da transf. industrial <sup>1/</sup>	Pessoal ocupado
Sudeste	15,5	-3,7	10,0
Sul	52,4	18,9	44,1
Norte	61,7	21,9	64,4
Nordeste	49,5	22,8	42,8
Centro-Oeste	69,6	120,9	80,0

Fonte: IBGE

1/ Dados corrigidos pelo IPA – Produtos industriais, da FGV

**Tabela 3 – Evolução da participação das regiões no valor da transformação industrial**

Discriminação	Part.% no valor da indústria de transformação em 2004	Diferenças em pontos de porcentagem entre 1996 e 2004				
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
<b>Indústrias de transformação</b>	-	<b>0,7</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>	<b>-5,7</b>	<b>2,3</b>
Produtos alimentícios e bebidas	13,0	0,6	-0,3	7,8	-8,9	0,7
Produtos químicos	12,4	0,1	0,7	1,1	-9,0	7,1
Metalurgia básica	11,5	1,4	-0,9	0,3	-1,1	0,4
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	11,4	-5,1	0,3	-3,1	3,2	4,6
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	8,1	0,5	3,2	0,6	-15,2	11,0
Máquinas e equipamentos	5,3	-1,3	-0,5	0,1	-5,7	7,4
Artigos de borracha e plástico	4,5	0,8	1,2	0,1	-8,5	6,3
Celulose, papel e produtos de papel	4,1	-0,9	1,7	0,7	-5,3	3,9
Produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	3,7	-0,9	4,5	1,2	-9,9	5,2
Produtos de minerais não metálicos	3,7	2,2	0,8	0,0	-3,6	0,5
Edição, impressão e reprod. gravações	3,5	3,9	-0,5	0,6	-6,5	2,5
Material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	2,7	13,4	0,9	0,0	-10,3	-4,0
Outros equipamentos de transporte	2,6	-11,2	-0,3	-0,2	11,5	0,2
Prep. de couros, fab. artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2,5	1,0	13,1	1,3	-0,3	-15,1
Produtos têxteis	2,3	-0,1	1,1	0,7	-5,8	4,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,0	2,8	-1,1	0,3	-8,4	6,5
Produtos de madeira	1,8	0,0	-0,7	-1,5	-5,3	7,5
Móveis e indústrias diversas	1,4	0,2	1,9	0,8	-13,4	10,6
Artigos do vestuário e acessórios	1,1	0,2	1,7	0,7	-8,3	5,7
Fumo	1,0	0,9	-5,7	0,0	-32,1	36,8
Equip. instrum. médico hospitalares, de precisão e óticos, aut. industrial, cronômetros e relógios	0,9	-5,3	0,4	0,2	2,9	1,8
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,6	-5,7	8,0	-0,8	-9,7	8,3
Reciclagem	0,1	4,7	9,5	1,1	-23,6	8,3

Fonte: IBGE

A análise dos indicadores industriais disponíveis evidencia que o declínio da participação do Sudeste decorreu de crescimento menos acentuado da atividade nessa região do que nas demais. De fato, apenas em 1997 e em 2004 a taxa de crescimento do valor real da transformação industrial do Sudeste situou-se acima da referente ao total (Tabela 1).

A intensidade da desconcentração da produção da indústria é perceptível a partir das evoluções do número de unidades industriais, do valor real da transformação e do pessoal ocupado. Em todas as variáveis, as menores taxas de expansão, entre 1997 e 2004, foram registradas no Sudeste, cabendo destacar que a variação real da transformação industrial da região foi negativa no período (Tabela 2).

As informações da Tabela 3 permitem identificar em quais atividades houve avanços ou retrocessos na participação das diversas regiões. Das 21 atividades, que representam 97,6% do valor da transformação industrial, selecionadas considerando participação mínima de 1% nesse valor, a região Sudeste perdeu 5,3 pontos de porcentagem, ante

avanço das demais regiões, principalmente do Sul, com crescimento de 2,5 p.p. O Sudeste ampliou sua presença apenas em coque e refino de petróleo, ante perdas equivalentes no Norte, Sul e Centro-Oeste, e em outros equipamentos de transporte, setor cuja representatividade recuou principalmente no Norte do País. Por outro lado, na região Sul ocorreram quedas em 8 das 21 atividades, sendo a maior, de 16,4 p.p., em couros, artefatos de couro, artigos de viagem e calçados, compensada por intensificação dessa atividade principalmente no Nordeste. Nas regiões Norte e Nordeste, prevaleceram movimentos de elevação, pois apenas em seis das atividades ocorreram recuos na participação do valor da transformação industrial. Ressalte-se o avanço de 12,8 p.p. da indústria de material eletrônico e aparelhos de equipamentos de comunicações no Norte, favorecido pelos incentivos fiscais concedidos à região. No Nordeste, adicionalmente à expansão registrada em calçados, houve crescimento do valor da transformação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, que compensou a queda ocorrida no Sudeste.

A Tabela 4 mostra a distribuição dos estabelecimentos industriais conforme tamanho e região a partir de dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2004, o Sudeste respondeu por 49,9% dos estabelecimentos industriais, apesar de ter perdido 7,3 p.p. em relação à posição que ocupava em 1996. Nessa comparação, o Sudeste apresentou queda em todas as faixas de tamanho, ante crescimento generalizado nas demais regiões, principalmente no Sul. No Nordeste, ocorreu redução dos estabelecimentos com 500 ou mais empregados.

**Tabela 4 – Distribuição regional dos estabelecimentos industriais por número de empregados: evolução entre 1996 e 2004**

Faixas de tamanho	Participação % no número de estabelecimentos em 2004						Diferença em p.p. entre 1996 e 2004				
	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Nordeste	Norte	Brasil	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Nordeste	Norte
Até 19 empregados	49,0	30,0	6,5	11,7	2,7	100,0	-7,3	4,1	1,2	1,5	0,6
Entre 20 e 99 empregados	54,3	26,4	5,3	10,2	3,8	100,0	-6,7	2,9	1,2	1,7	1,0
Entre 100 e 499 empregados	54,5	27,4	4,1	9,7	4,2	100,0	-7,7	3,8	1,0	1,5	1,4
Com 500 ou mais empregados	52,1	27,4	4,1	12,3	4,1	100,0	-7,3	5,1	2,0	-1,2	1,4
Total	49,9	29,5	6,2	11,5	2,9	100,0	-7,3	3,9	1,2	1,5	0,7

Fonte: MTE/Rais

**Tabela 5 – Concentração do emprego industrial no interior, segundo as regiões geográficas**

Ano						%
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	
1996	45,9	69,0	45,9	41,0		56,0
1997	46,7	69,7	45,1	45,3		53,5
1998	48,4	70,3	45,4	48,2		54,4
1999	49,9	71,1	45,4	52,1		56,0
2000	50,8	70,9	47,5	51,4		56,9
2001	51,8	71,3	48,5	50,4		59,1
2002	53,0	71,9	49,7	51,3		60,7
2003	53,9	72,7	51,0	49,9		61,7
2004	55,1	72,7	51,6	49,2		63,3

Fonte: MTE/Rais

**Tabela 6 – Variação do emprego no interior por regiões e gêneros da indústria de transformação entre 1996 e 2004**

Subsetores	Em pontos de porcentagem				
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
Minerais não-metálicos	5,8	4,7	8,5	9,9	3,0
Metalurgia	5,5	4,7	13,9	-8,1	11,6
Mecânica	13,0	7,5	1,4	-0,7	20,7
Mat. eletr. e de comunicações	12,7	-0,7	14,0	-1,0	-6,9
Material de transporte	13,3	-13,1	-10,7	-2,0	35,9
Madeira e mobiliário	10,5	2,9	5,5	6,1	4,8
Papel e gráfica	7,3	2,2	5,5	-17,6	8,2
Borracha, fumo e couro	6,6	2,4	8,2	15,2	12,3
Química	9,1	10,7	9,9	24,7	9,4
Têxtil	10,7	3,2	7,5	-16,8	8,9
Calçados	6,0	6,7	14,6	44,1	-7,3
Alimentos e bebidas	5,8	1,7	0,4	16,4	7,4
Total	9,1	3,7	5,6	8,1	7,3

Fonte: MTE/Rais

Além da desconcentração espacial entre as regiões geográficas, dados sobre o emprego formal na indústria de transformação, do MTE, indicaram que, no período examinado, cresceu a interiorização da atividade, definida como o maior crescimento do emprego formal no interior comparativamente ao registrado nas regiões metropolitanas ou nas capitais dos estados. O processo ocorreu em todas as regiões, com maior intensidade na região Sudeste, onde o interior ampliou em 9,2 p.p. a absorção da mão-de-obra do setor, passando a representar 55,1% do emprego industrial da região. No Sul do País, ao longo de todo o período, foi registrada maior participação da indústria do interior na oferta de postos de trabalho com vínculo empregatício, tendência que se intensificou, passando de 69% para 72,7% (Tabela 5).

A Tabela 6 mostra a tendência da interiorização do emprego formal por gêneros e regiões. A regra de transferir a atividade industrial para o interior foi mais significativa no Sudeste, onde, em todos os gêneros, houve perda de participação da região metropolitana. Nas regiões Sul e Nordeste, o interior empregou relativamente menos na atividade de material de transporte, refletindo as instalações da indústria da General Motors na região metropolitana de Porto Alegre (Gravataí) e da Ford na região metropolitana de Salvador (Camaçari).

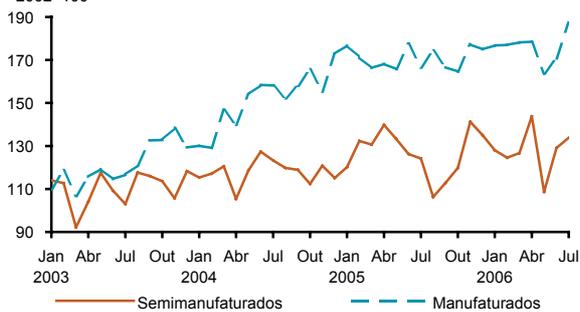
Na região Norte, é nítida a preferência de alguns subsectores industriais pela região metropolitana de Manaus, fato explicado pelas vantagens da zona franca lá instalada. Mesmo assim, o emprego no interior da região Norte avançou 8,1 p.p. entre 1996 e 2004.

Conclui-se que todos indicadores apontaram redistribuição espacial da produção da indústria de transformação entre 1996 e 2004, sendo evidente, no cômputo geral, a perda de participação da região Sudeste. Observe-se que essa perda não decorreu de declínio da atividade, exceção feita à queda registrada pelo valor real da transformação industrial, mas do crescimento menos acentuado no âmbito regional. Além disso, é possível afirmar que em todas as regiões houve crescimento mais acentuado da indústria no interior do que nas capitais, fato evidenciado pela evolução do emprego formal nessa atividade.

**Gráfico 1.9 – Exportações industriais – Quantum**

Dados dessazonalizados

2002=100



Fonte: Funcex

importações de bens de consumo duráveis, bens de consumo não duráveis e bens de capital aumentaram 27,9%, 4% e 5,2%, respectivamente, na mesma base de comparação.

O comportamento recente do setor industrial tem sido caracterizado por grande heterogeneidade no desempenho dos diversos segmentos. Somente 11 das 23 atividades com séries sazonalmente ajustadas registraram crescimento na média de maio a julho, ante o trimestre encerrado em abril. Os destaques positivos foram fumo, 11,4%; metalurgia básica, 5,1%; veículos automotores, 3,4%; alimentos, 2,5%; e refino de petróleo e álcool, 1,4%. Dentre os segmentos cujos produtos recuaram no período, assinalem-se material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, 11,6%; vestuário e acessórios, 4,7%; farmacêutica, 4,3%; outros produtos químicos, 4,2%; e madeira, 3,7%.

A abertura por atividades industriais revela, de fato, um padrão de crescimento concentrado nos primeiros sete meses do ano. Apenas sete atividades, com participação de cerca de 35% na estrutura industrial brasileira, foram responsáveis por mais de 85% da taxa de crescimento acumulada de 2,7%. Outras quatorze atividades com expansão no ano contribuíram moderadamente para o crescimento geral. As demais seis atividades – outros produtos químicos; produtos de metal; madeira; vestuário; couros e calçados; e perfumaria e produtos de limpeza – com peso aproximado de 17% na estrutura industrial, apresentaram retração na taxa anual acumulada, contribuindo para reduzir a taxa geral em cerca de 0,6 p.p.

Considerando os 76 componentes da classificação por subsetores industriais da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, o índice de difusão, definido como a parcela dos segmentos com resultados positivos ante o mesmo mês do ano anterior, atingiu 53,6%, em média, nos primeiros sete meses de 2006, comparativamente a 74,9% em 2004 e 58,4% em 2005, corroborando o padrão ainda concentrado do corrente ciclo de expansão do setor industrial.

A análise por categoria de uso revela crescimentos de 1,5% na produção de bens intermediários e de 1% na de bens de capital, considerados os trimestres encerrados em julho e em abril, dados dessazonalizados. Nessa comparação, a produção de bens semiduráveis e não-duráveis manteve-se praticamente estável, e a de duráveis recuou 2,8%. Nos primeiros sete meses do ano, a produção de bens de consumo duráveis cresceu 6,6%, seguindo-se a de bens de capital, 5,5%; bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 2,8%; e intermediários, 1,9%.

**Tabela 1.7 – Produção industrial por categoria de uso**

Discriminação	Variação percentual			
	2006			
	Abr	Mai	Jun	Jul
<b>No mês<sup>1/</sup></b>				
Produção industrial	-0,1	1,5	-1,3	0,6
Bens de capital	-0,1	2,0	-0,7	1,0
Bens intermediários	-0,1	2,3	-1,7	1,0
Bens de consumo	0,9	0,7	-1,7	0,8
Duráveis	1,4	-0,7	-1,0	-0,2
Semi e não duráveis	1,4	0,5	-0,9	0,4
<b>Trimestre/trimestre anterior<sup>1/</sup></b>				
Produção industrial	0,7	0,3	0,6	0,6
Bens de capital	-1,8	-2,7	-0,1	1,0
Bens intermediários	0,1	0,7	0,9	1,5
Bens de consumo	1,7	-0,4	0,3	-0,3
Duráveis	5,5	-2,8	-1,4	-2,8
Semi e não duráveis	0,7	-0,6	0,4	0,2
<b>No ano</b>				
Produção industrial	2,9	3,3	2,6	2,7
Bens de capital	6,7	6,6	5,0	5,5
Bens intermediários	1,6	2,1	1,7	1,9
Bens de consumo	4,3	4,6	3,8	3,7
Duráveis	10,8	10,1	7,5	6,6
Semi e não duráveis	2,5	3,0	2,7	2,8

Fonte: IBGE

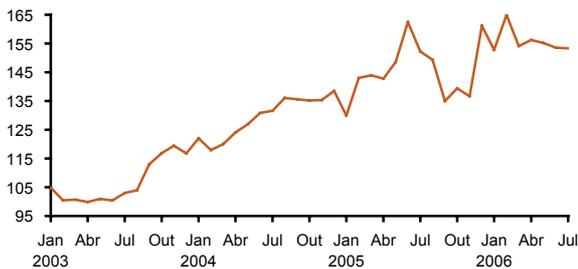
<sup>1/</sup> Dados dessazonalizados.

### Gráfico 1.10 – Produção industrial

Bens de consumo duráveis

Dados dessazonalizados

2000=100



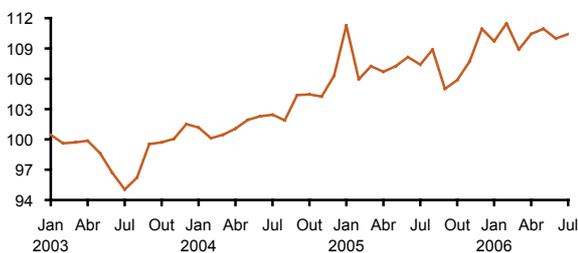
Fonte: IBGE

### Gráfico 1.11 – Produção industrial

Bens de consumo semi e não duráveis

Dados dessazonalizados

2000=100



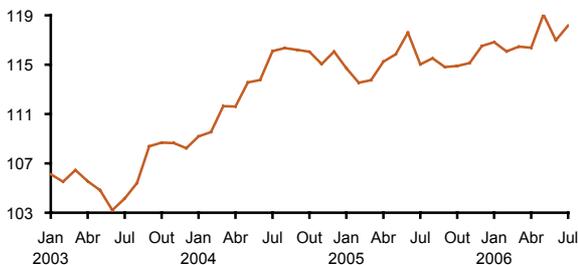
Fonte: IBGE

### Gráfico 1.12 – Produção industrial

Bens intermediários

Dados dessazonalizados

2000=100



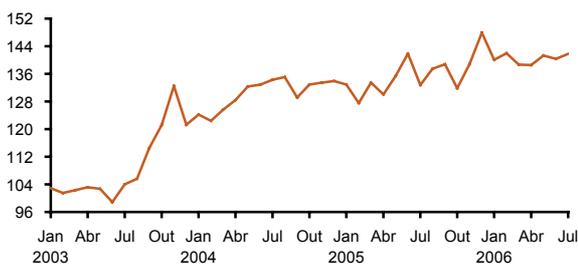
Fonte: IBGE

### Gráfico 1.13 – Produção industrial

Bens de capital

Dados dessazonalizados

2000=100



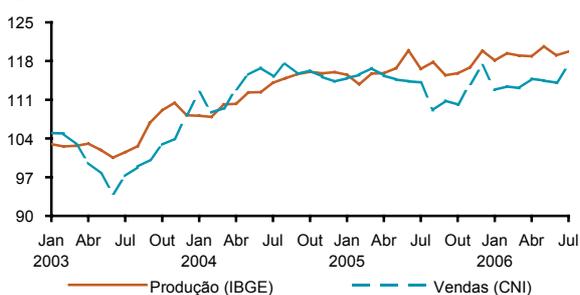
Fonte: IBGE

Considerando os índices de atividades por categoria de uso, a expansão da produção de intermediários no ano foi liderada pelo avanço das indústrias extrativas e de refino de petróleo e álcool. O avanço da produção de duráveis nesses primeiros sete meses atingiu todos os segmentos fabricantes, à exceção de mobiliário. O crescimento da produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis esteve associado, principalmente, à expansão das atividades de refino de petróleo e álcool; bebidas; farmacêutica; e alimentos.

O crescimento da produção de bens de capital esteve concentrado em máquinas para escritório e equipamentos de informática; e em máquinas, aparelhos e materiais elétricos. De acordo com a abertura especial por bens de capital selecionados, a produção direcionada à agricultura apresentou expressivo recuo nos primeiros sete meses do ano, em relação ao mesmo período de 2005, atingindo 19,8% em máquinas agrícolas e 33,2% em peças agrícolas. No segmento de equipamentos de transporte, a retração atingiu 1,1%. Por outro lado, as produções de bens de capital associados aos setores de construção civil e de energia elétrica aumentaram 16,2% e 36,8%, respectivamente, e a de bens de capital de uso misto, no qual se incluem microcomputadores, 9,7%, na mesma base de comparação. A produção de bens de capital não seriados destinados à indústria avançou 3,6%, enquanto a de seriados recuou 0,9%.

A agroindústria registrou taxa de crescimento de 1,1% no primeiro semestre de 2006, inferior à média da indústria. As atividades vinculadas à agricultura cresceram 2%, combinação do avanço de 3,3% dos produtos industriais derivados da agricultura e da queda de 7% dos produtos industriais utilizados pela agricultura, a exemplo de máquinas e equipamentos e adubos e fertilizantes. A produção de segmentos associados à pecuária apresentou queda de 0,5%, consideradas as médias de janeiro a junho de 2006 e do ano anterior. Prejudicados pela retração das exportações de carnes, os produtos derivados da pecuária recuaram 0,9%, enquanto os produtos utilizados pela pecuária aumentaram 0,9% no período.

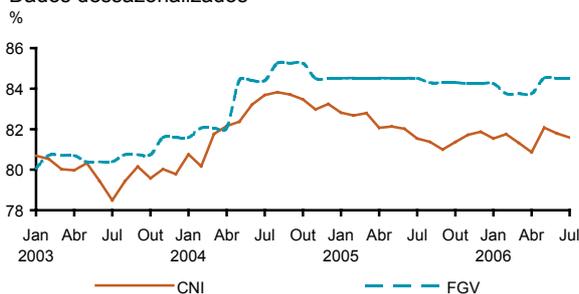
As vendas industriais elevaram-se 1,3% no trimestre encerrado em julho, em relação ao trimestre finalizado em abril, de acordo com a série revisada dos Indicadores Industriais da CNI, dessazonalizada pelo Banco Central. Na mesma base de comparação, o mercado de trabalho na indústria continuou em trajetória de expansão, registrando-se crescimentos de 1,1%, tanto no número de pessoas ocupadas quanto no de horas trabalhadas, e o nível de utilização da capacidade instalada aumentou 0,6%. De

**Gráfico 1.14 – Produção e vendas industriais**Dados dessazonalizados  
2000=100

Fontes: IBGE e CNI

**Gráfico 1.15 – Utilização da capacidade instalada na indústria de transformação**

Dados dessazonalizados



Fonte: CNI e FGV

**Tabela 1.8 – Estoques na indústria de transformação<sup>1/</sup>**

Discriminação	2005				2006	
	I Tr	II Tr	III Tr	IV Tr	I Tr	II Tr
<b>Indústria de transformação</b>						
Produtos finais	54,4	55,5	54,6	52,8	52,3	53,8
Matérias-primas e intermediários	50,4	50,1	51,0	50,3	48,5	49,3
<b>Grandes empresas</b>						
Produtos finais	56,6	58,3	58,9	54,1	53,9	55,4
Matérias-primas e intermediários	54,0	53,1	56,3	52,0	50,7	52,5
<b>Pequenas e médias empresas</b>						
Produtos finais	53,3	54,1	52,4	52,2	51,4	53,0
Matérias-primas e intermediários	48,6	48,6	48,3	49,4	47,3	47,6

Fonte: CNI

1/ Valores acima de cinquenta significam estoque acima do planejado.

janeiro a julho, em relação ao período correspondente de 2005, as vendas acumularam retração de 0,7%, e a Utilização da Capacidade Instalada (UCI), de 0,9%, enquanto o pessoal ocupado e as horas trabalhadas ampliaram-se em 1,5% e 0,8%, respectivamente.

De acordo com estatísticas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), dessazonalizadas pelo Banco Central, o nível médio de UCI elevou-se de 83,8%, em abril, para 84,5%, em julho. Registraram-se aumentos em todas as categorias de uso, em especial em bens de capital e intermediários.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de vagas de emprego formal criado pela indústria cresceu 19,6% de janeiro a julho deste ano, em relação ao mesmo período de 2005, indicando perspectivas favoráveis para o produto industrial nos próximos meses. A indústria de transformação foi responsável por 95% dessas novas vagas, e a extrativa, pelo restante. O saldo de empregos criados foi positivo para todos os 26 segmentos industriais incluídos na abertura do Caged.

De acordo com a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, da FGV, de julho deste ano, 26% das empresas planejam contratar empregados, e 13% pretendem reduzir seus quadros nos próximos meses. Essa diferença de 13 p.p. é o segundo melhor resultado dos últimos dez anos para esta época. Segundo a Sondagem Industrial, da CNI, as grandes empresas pretendem manter o nível atual de empregos, enquanto as pequenas e médias pretendem reduzir ligeiramente o contingente de funcionários.

Ainda segundo a FGV, os níveis de estoques industriais em julho podem ser considerados normais, com 11% das empresas considerando-os excessivos e 4%, insuficientes. Em sentido inverso, a Sondagem Industrial da CNI revela expectativas mais pessimistas, principalmente para as pequenas e médias empresas, com os estoques de produtos finais crescendo no trimestre encerrado em junho e mantendo-se acima do planejado, e os relativos a matérias-primas e produtos intermediários encontrando-se normalizados. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) recuou pela segunda pesquisa seguida, passando de 57,2 pontos em janeiro para 55 pontos em abril e para 52,9 pontos em julho, registrando deterioração em relação às condições atuais e às expectativas.

Assinale-se que a evolução da atividade industrial tem sido influenciada significativamente pelo efeito

calendário. Após o registro de dois dias úteis a mais no primeiro trimestre do ano, em relação a 2005, a produção do segundo trimestre foi prejudicada não apenas pela ocorrência de dois dias úteis a menos, mas pelos dias de jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo, quando a produção costuma ser parcialmente paralisada. Adicionalmente, tanto o terceiro quanto o quarto trimestres deste ano irão incorporar um dia útil a menos que seus correspondentes de 2005. Ressalte-se que o efeito calendário tende a afetar menos intensamente as indústrias de processo contínuo, nas quais os feriados não implicam paralisação da produção.

Não obstante a persistência do efeito calendário adverso e a queda dos índices de confiança dos empresários, prevalecem expectativas de aceleração do crescimento nos próximos meses, justificadas pelos indicadores antecedentes já disponíveis e pela presença de fatores indutores do crescimento, como a expansão da renda real e a progressiva melhora das condições de crédito.

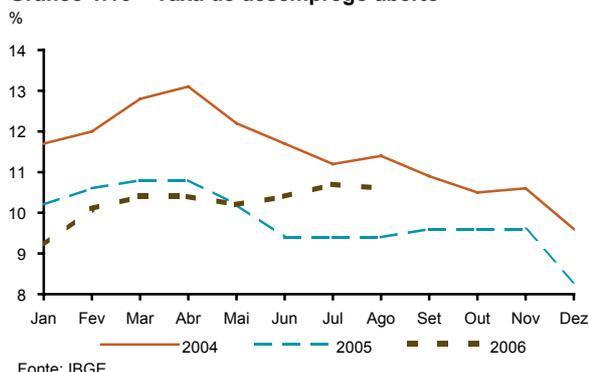
## 1.4 Mercado de trabalho

### Emprego

Os indicadores do mercado de trabalho têm registrado expansão da ocupação e aumento da taxa de desemprego, com desdobramentos favoráveis sobre o nível de rendimento real. Ressalte-se que a melhora nas condições do mercado de trabalho, a exemplo do aumento na remuneração e na geração de postos de trabalhos, tende a estimular a procura por emprego, reduzindo o número de desalentados e, em consequência, elevando a taxa de desemprego, processo já observado em outros ciclos de expansão nos últimos anos.

A taxa de desemprego aberto da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, atingiu 10,6% em agosto, ante 10,7% no mês anterior e 9,4% em agosto de 2005, representando uma reversão da tendência de queda observada desde 2003. O aumento registrado no trimestre junho-agosto refletiu a ocorrência de taxas de expansão da População Economicamente Ativa (PEA) em patamar superior ao das taxas de crescimento do número de ocupados. Em junho, julho e agosto deste ano, a PEA cresceu 2,7%, 3,6% e 4,2% respectivamente, enquanto o aumento dos ocupados atingiu 1,6%, 2,1% e 2,8%, discrepância associada, como mencionado anteriormente, à própria melhora das condições do mercado de trabalho (ver boxe "Evolução Recente do Emprego e Desemprego: Regiões Metropolitanas e Interior").

Gráfico 1.16 – Taxa de desemprego aberto



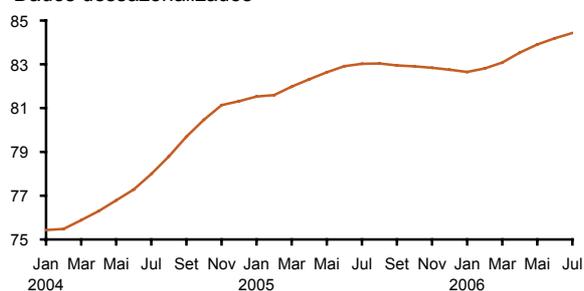
**Tabela 1.9 – Evolução do emprego formal**

Discriminação	Novos postos de trabalho – Acumulado no ano (em mil)					
	2005	2006				
		I Tri	II Tri	Jul	Ago	Ano
Total	1 254,0	339,7	584,1	154,4	128,9	1 207,1
Ind. de transformação	177,5	68,0	146,9	21,0	28,8	264,7
Comércio	389,8	5,5	66,2	28,1	30,2	130,0
Serviços	569,7	158,7	166,1	52,1	64,7	441,6
Construção civil	85,1	41,4	37,5	24,6	15,3	118,8
Agropecuária	- 12,9	39,1	152,5	27,7	- 13,7	205,6
Serv. ind. de util. pública	13,5	4,2	3,6	0,2	1,5	9,5
Outros <sup>1/</sup>	31,2	22,8	11,3	0,6	2,2	36,8

Fonte: MTE

<sup>1/</sup> Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.**Gráfico 1.17 – Emprego na indústria de transformação – Média móvel trimestral**

Dados dessazonalizados



Fonte: CNI

A taxa média de desemprego nos oito primeiros meses de 2006 atingiu 10,3%, ainda segundo a PME, ante 10,1% no período correspondente do ano anterior, com o número de pessoas ocupadas e a PEA crescendo 2% e 2,1%, respectivamente. Foram geradas, liquidamente, nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, 284 mil novas vagas de emprego, resultado da criação de 212 mil novos postos com carteira assinada, de 27 mil empregos sem carteira e de 45 mil empregos envolvendo aqueles sem remuneração, militares e funcionários públicos estatutários. Esse resultado evidencia a maior qualidade dos empregos criados e representa a taxa de formalização do emprego mais elevada da série histórica iniciada em 2002.

Estatísticas do MTE ratificaram a conjuntura favorável para a geração de empregos. Segundo o Caged, foram criadas, de janeiro a agosto de 2006, 1.207 mil vagas com carteira de trabalho assinada, ante 1.219 mil no mesmo período de 2005. A indústria de transformação, que liderou as taxas de crescimento do emprego em 2005, com alta de 7,5%, apresentou desempenho menos dinâmico nos primeiros oito meses de 2006, com expansão de 3,2% no número de novas vagas. Nesse período, o aumento de vagas na construção civil atingiu 9,8%, seguindo-se os resultados do comércio, 6,1%; serviços, 5,5%; e agropecuária, 2,3%.

Pesquisa efetuada pela CNI em doze federações estaduais da indústria confirmou a desaceleração na criação de novas vagas pela indústria de transformação, tendo sido registrado aumento de 1,5% no pessoal empregado nos primeiros sete meses de 2006, ante 7,3% no período correspondente de 2005. A análise na margem, com base em dados dessazonalizados, sugere a recuperação do crescimento do emprego, registrando-se taxas de crescimento de 1,1% no trimestre encerrado em julho, em comparação com o trimestre encerrado em abril de 2006.

## Rendimentos

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas na PME, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores apresentou expansão de 4,2% no período de janeiro a agosto de 2006, em relação ao mesmo período de 2005. Em termos nominiais, o rendimento médio alcançou R\$1.036,20 em agosto deste ano, 6,5% acima do registrado em igual mês de 2005, ou 3,5% em termos reais, utilizando-se como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido

## Evolução Recente do Emprego e Desemprego: Regiões Metropolitanas e Interior

---

O crescimento do emprego, em especial dos empregos com carteira de trabalho assinada, tem-se intensificado a partir de 2004. Em 2006, entretanto, observa-se relativa estabilidade ou mesmo elevação da taxa de desemprego, apesar da continuidade da geração de empregos formais. Uma das razões para esse comportamento é a maior dinâmica na geração de empregos fora das regiões metropolitanas abrangidas pela principal pesquisa que apura a taxa de desemprego, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Além disso, o fenômeno está relacionado à expansão da População Economicamente Ativa (PEA), em decorrência da diminuição do desalento e do desemprego precário, motivada pela maior oferta de trabalho e pelo aumento da renda real.

Nos últimos meses, as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), têm mostrado expansão do emprego em intensidade mais forte do que a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa discrepância decorre, principalmente, das diferenças metodológicas entre os dois levantamentos, sobretudo as relacionadas à abrangência geográfica e aos segmentos considerados. Os dados do Caged consideram o contingente de empregados assalariados em todo território nacional, conforme informações prestadas pelas empresas empregadoras, por força da Lei 4.923, de 23.12.1965, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensas de empregados. Os dados da PME são obtidos a partir de entrevistas em domicílios selecionados por amostra probabilística, em seis regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife – e captam movimentos mensais do mercado de trabalho,

entre outros indicadores, tanto do segmento formal como informal.

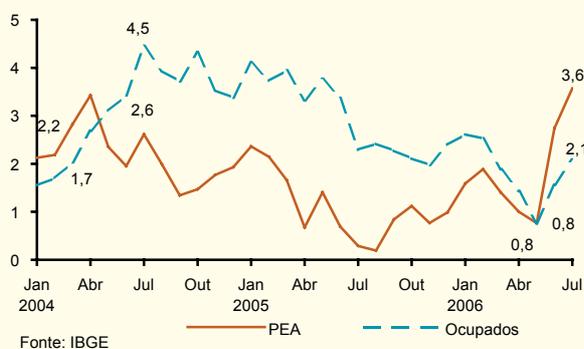
Nos últimos anos, o mercado de trabalho tem mostrado maior dinamismo fora das grandes regiões metropolitanas do País, conforme evidenciam os dados de emprego do Caged. Em janeiro de 2002, as principais regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém – detinham 42,8% do total de empregos formais do país, percentual que declinou para 41,4% em julho de 2006. Dos 5,3 milhões de empregos formais criados nesse intervalo de tempo, apenas 35,1% se concentraram nessas regiões.

Dentre os fatores que podem explicar a diferença de dinamismo entre as regiões metropolitanas e as outras regiões do País, destacam-se o desempenho da agropecuária, especialmente até 2004, e o processo de desconcentração geográfica da indústria brasileira. De acordo com dados do Caged, os dois setores foram responsáveis, conjuntamente, por cerca de 38,6% dos novos empregos gerados fora das grandes regiões metropolitanas, enquanto contribuíram apenas com 14,4% dos novos postos criados nessas regiões.

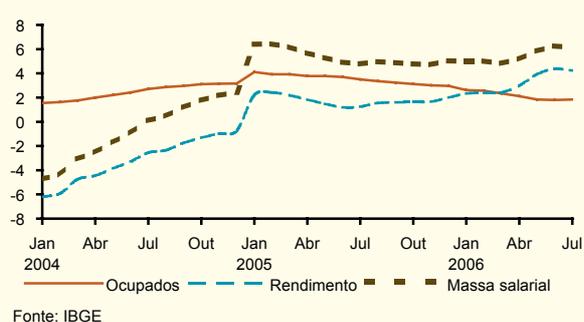
Em relação ao aumento recente da taxa de desemprego, deve-se ter em vista que o seu comportamento evidencia a trajetória das variáveis PEA e número de desocupados. Quando a geração de novos postos de trabalho se apresenta em número superior ao do aumento na PEA, verifica-se diminuição na taxa de desemprego, o que não vem ocorrendo nos últimos meses. O Gráfico 1 mostra o crescimento da PEA e dos ocupados, desde 2004.

O crescimento da PEA em patamar superior ao das ocupações pode estar associado a fatores estruturais, como a taxa de crescimento populacional ou a reformas na legislação do mercado de trabalho, e a fatores conjunturais, a exemplo do ingresso de pessoas no mercado de trabalho, seja em função da necessidade de aumentar a renda familiar ou em razão do estímulo proporcionado pelo aumento dos salários, com redução do emprego oculto, mas com aumento da taxa de desemprego aberto. Esse segundo efeito é típico de fases de recuperação cíclica da atividade econômica.

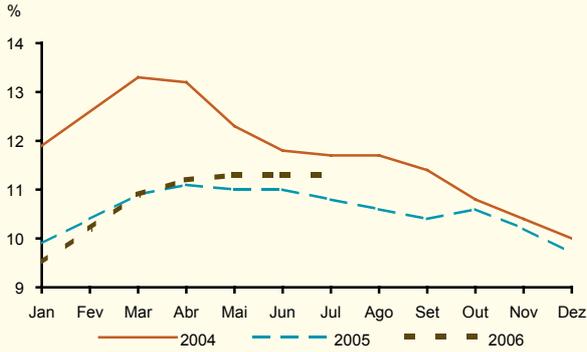
**Gráfico 1 – Evolução da PEA e dos ocupados**  
% igual mês do ano anterior



**Gráfico 2 – Ocupados, rendimento médio e massa salarial real**  
% acumulado no ano

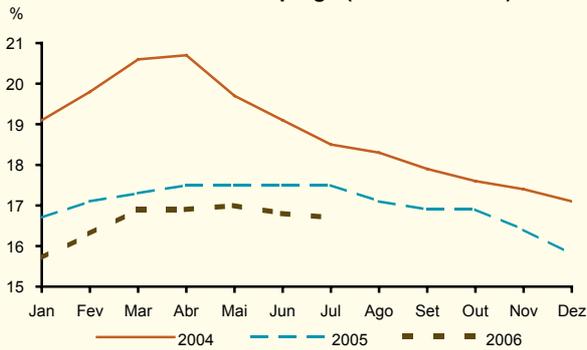


**Gráfico 3 – Taxa de desemprego aberto**



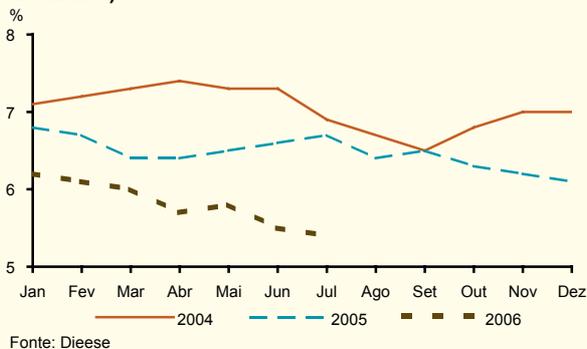
Fonte: Dieese

**Gráfico 4 – Taxa de desemprego (aberto e oculto)**



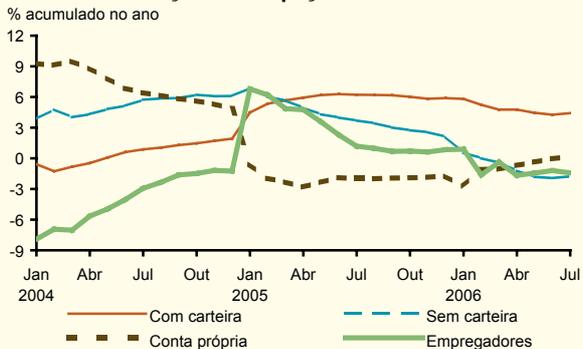
Fonte: Dieese

**Gráfico 5 – Taxa de desemprego oculto (precário + desalento)**



Fonte: Dieese

**Gráfico 6 – Posição na ocupação**



Fonte: IBGE

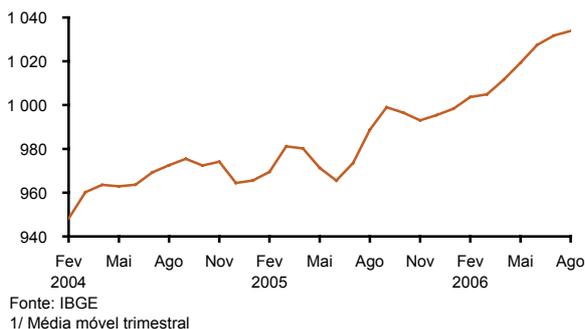
Apesar do possível efeito de fatores estruturais, o comportamento da taxa de desemprego em períodos recentes está associado, fundamentalmente, a fatores conjunturais, conforme sugerem, por exemplo, as taxas de crescimento da massa salarial real, de 4,2% em 2005 e de 6,2% nos sete primeiros meses de 2006, em relação aos períodos correspondentes dos anos anteriores.

Essa hipótese é fortalecida pelas estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), juntamente com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), na região metropolitana de São Paulo. Os Gráficos de 3 a 5 evidenciam que a diminuição do desemprego oculto vem impactando a PEA, e, em consequência, a proporção de desocupados e a taxa de desemprego. Dados da PME em relação ao desalento também evidenciam esse processo. Em janeiro de 2003, a população desalentada representava 0,3% da PEA, proporção que se reduziu para 0,16% em julho de 2006. O mesmo processo se verificou na região metropolitana de São Paulo, com o desalento passando de 0,27% para 0,16% da PEA.

Há de se ressaltar, ainda, a qualidade dos empregos criados. De acordo com a PME, o percentual de empregados com carteira de trabalho assinada como proporção do número de ocupados passou de 45%, em janeiro de 2003, para 46,4%, em julho de 2006. A proporção dos ocupados sem carteira de trabalho permaneceu praticamente estável e houve redução na proporção dos empregados por conta própria.

**Gráfico 1.18 – Rendimento habitual médio real<sup>1/</sup>**

Em R\$, a preços de agosto de 2006, deflacionado pelo INPC



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral

**Tabela 1.10 – Produto Interno Bruto – Preços de mercado**

Discriminação	Variação %					
	2005				2006	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Acumulado no ano	2,8	3,4	2,6	2,3	3,3	2,2
Acumulado em 4 trimestres	4,6	4,4	3,1	2,3	2,4	1,7
Trimestre/igual trimestre do ano anterior	2,8	4,0	1,0	1,4	3,3	1,2
Trimestre/trimestre anterior <sup>1/</sup>	0,2	1,4	-1,2	1,2	1,3	0,5
Agropecuária	1,0	-0,4	-2,6	1,0	1,1	0,8
Indústria	-1,0	1,9	-0,8	1,3	1,2	-0,3
Serviços	0,0	0,9	0,2	0,7	0,6	0,6

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados

**Tabela 1.11 – Produto Interno Bruto**

Taxa acumulada ao longo do ano

Discriminação	Variação %					
	2005				2006	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Agropecuária	2,6	2,9	1,4	0,8	-0,5	0,3
Indústria	3,1	4,4	2,9	2,5	4,8	2,6
Extrativa mineral	3,7	10,6	10,5	10,9	12,6	6,7
Transformação	3,6	3,9	2,1	1,3	2,7	1,0
Construção civil	0,6	2,2	0,7	1,3	7,0	4,7
Serviços ind. de util. pública	3,3	3,9	3,8	3,6	4,2	2,8
Serviços	2,2	2,4	2,1	2,0	2,7	2,3
Comércio	4,2	4,0	3,4	3,3	4,9	3,6
Transporte	3,9	4,0	3,7	3,2	3,6	2,2
Comunicações	-2,8	-1,6	-0,8	0,1	0,0	-1,5
Instituições financeiras	2,8	3,1	2,5	2,4	2,9	2,2
Outros serviços	2,2	1,5	1,3	1,3	2,9	2,9
Aluguel de imóveis	3,7	3,2	2,9	2,5	2,4	2,4
Administração pública	0,6	2,0	1,7	1,7	2,1	2,0
Dummy financeiro	2,7	3,3	2,5	2,1	2,7	1,8
Valor adic. a preços básicos	2,6	3,2	2,3	2,1	3,0	2,0
Impostos sobre produtos	4,7	5,3	4,4	3,9	5,9	4,0
PIB a preços de mercado	2,8	3,4	2,6	2,3	3,3	2,2

Fonte: IBGE

pele número de ocupados, cresceu 6,2% no ano, em relação ao mesmo período do ano anterior.

## 1.5 Produto Interno Bruto

O PIB cresceu 2,2% no primeiro semestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE. O resultado positivo foi generalizado entre todos os componentes do produto, enquanto sob a ótica da demanda registraram-se contribuições negativa de 1 p.p., relacionada ao setor externo, e positiva de 3,7 p.p., da demanda interna.

A expansão das exportações atingiu 4,1% e a das importações, 13,9%, no semestre. Relativamente à demanda interna, o consumo das famílias cresceu 3,8%, evidenciando o papel relevante dos aumentos da massa salarial real e do volume de operações de crédito do sistema financeiro destinado a pessoas físicas no processo de sustentação do crescimento econômico. Assinale-se que, considerados os fluxos acumulados no ano, em relação a períodos correspondentes no ano anterior, o consumo apresentou, no segundo trimestre de 2006, a décima taxa positiva consecutiva. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 5,9% nos primeiros seis meses do ano, em comparação a igual período de 2005, impulsionada pelos crescimentos de 8,7% na absorção doméstica de bens de capital e de 4,7% nos investimentos direcionados à construção civil.

Entre os setores de atividade, a indústria apresentou o crescimento mais significativo no primeiro semestre de 2006, 2,6%, seguindo-se os setores de serviços, 2,3%, e o agropecuário, 0,3%.

O desempenho do setor industrial refletiu crescimento generalizado de todos os seus segmentos, em especial na produção extrativa mineral, 6,7%, favorecida pela expansão da produção de petróleo; na construção civil, 4,7%; e nos serviços industriais de utilidade pública, 2,8%. A indústria de transformação expandiu-se 1% nos primeiros seis meses de 2006, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A expansão observada no setor de serviços refletiu a ocorrência de resultados favoráveis na maior parte dos sub-setores, em especial nos segmentos comércio, 3,6%; outros serviços, 2,9%; aluguéis, 2,4%; instituições financeiras e transporte, ambos com 2,2%; e serviços de administração pública, 2%. Em sentido inverso, o produto relacionado ao setor de comunicações recuou 1,5%, no semestre.

## Estimativa do PIB em 2006

---

Com a divulgação dos dados do segundo trimestre de 2006, a estimativa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2006 foi revisada de 4%, conforme os três últimos “Relatórios de Inflação”, para 3,5%. Essa revisão está concentrada nos setores da agropecuária e da indústria, cujas estimativas de crescimento passaram de 3,6% para 3% no primeiro caso e de 5,4% para 4% no segundo.

Relativamente à agropecuária, a revisão decorreu, principalmente, do fraco desempenho das produções de aves e leite. Algumas lavouras com peso significativo também apresentaram desempenhos piores do que o esperado, a exemplo de arroz e algodão. Para o terceiro trimestre, as perspectivas para o resultado do setor são favoráveis, reflexo dos crescimentos de 7,7% para a safra de cana-de-açúcar e de 18,8% para a de café. Os dados da pecuária também devem apresentar recuperação, como sinalizado pelo aumento das exportações do setor em julho e em agosto. Outro fator que favorece o resultado do período é a fraca base de comparação, tendo em vista a queda de 2,6% na produção agropecuária no terceiro trimestre de 2005, em relação ao segundo trimestre do mesmo ano, considerados dados dessazonalizados.

Para a indústria, as revisões ocorreram em todos os subsetores. A estimativa para o crescimento anual da indústria extrativa passou de 9,4% para 7,1%, em razão, principalmente, das paradas em plataformas de petróleo registradas em junho e em julho. A produção estimada da indústria de transformação recuou de 4% para 2,8%, em decorrência do menor ritmo de recuperação no segundo trimestre. Para a construção, embora os resultados do segundo trimestre tenham se situado abaixo do observado no trimestre anterior, os dados de julho mostraram

recuperação, de modo que se estima crescimento de 5,7% para o setor, comparativamente a 7,6% previstos anteriormente. O crescimento dos serviços de utilidade pública, refletindo o menor crescimento da indústria de transformação, foi revisto de 5,2% para 3,9%.

A taxa de crescimento prevista para o setor de serviços, que habitualmente se mostra mais estável, foi reduzida de 3% para 2,8%, influenciada, por um lado, pelas reduções nas estimativas para os setores da agropecuária e da indústria, e por outro, pela evolução favorável da demanda doméstica.

De fato, estatísticas relacionadas à evolução da demanda revelam a manutenção do dinamismo previsto anteriormente, suscitando revisões menos acentuadas do que em relação à ótica da produção. A revisão mais representativa ocorreu na estimativa anual para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), de 8,3% para 7,1%, em razão do crescimento de 2,9% no segundo trimestre, em comparação com o mesmo trimestre de 2005. Para o consumo das famílias, favorecido tanto pela continuidade da flexibilização da política monetária como pela recuperação da massa salarial, persiste a estimativa de elevação de 4,2%, para 2006.

A estimativa para o desempenho do setor externo foi revista, resultando em contribuição negativa de 0,8 p.p. para o crescimento do PIB no ano, ante 0,5 p.p. no relatório anterior. Observe-se que as

**Tabela 1 – Produto Interno Bruto**

Discriminação	Variação acumulada no ano				
	2005		2006		
	Pesos	%	I Tri	II Tri	IV Tri <sup>1/</sup>
Agropecuária	7,5	0,8	-0,5	0,3	3,0
Indústria	35,6	2,5	4,8	2,6	4,0
Extrativa mineral	4,3	10,9	12,6	6,7	7,1
Transformação	21,6	1,3	2,7	1,0	2,8
Construção civil	6,5	1,3	7,0	4,7	5,7
Serviços ind. utilidade pública	3,2	3,6	4,2	2,8	3,9
Serviços	50,9	2,0	2,7	2,3	2,8
Comércio	6,8	3,3	4,9	3,6	4,3
Transporte	1,8	3,2	3,6	2,2	4,3
Comunicações	2,7	0,1	0,0	-1,5	0,5
Instituições financeiras	7,2	2,4	2,9	2,2	3,3
Outros serviços	9,7	1,3	2,9	2,9	3,2
Aluguel de imóveis	8,0	2,5	2,4	2,4	2,6
Administração pública	14,7	1,7	2,1	2,0	2,1
Valor adicionado	89,2	2,1	3,0	2,0	3,3
Impostos sobre produtos	10,8	3,9	5,9	4,0	5,1
PIB a preços de mercado	110,8	2,3	3,3	2,2	3,5

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

1/ Estimativa

**Tabela 2 – Produto Interno Bruto – Variação por componente da demanda**

Período	PIB a preços de mercado	Consumo das famílias	Consumo do governo	Consumo total	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportações	Importações	%
<b>2001</b>		1,3	0,5	1,0	0,6	1,1	11,2	1,2
<b>2002</b>		1,9	-0,4	1,4	0,0	-4,2	7,9	-12,3
<b>2003</b>		0,5	-1,5	1,3	-0,8	-5,1	9,0	-1,7
<b>2004</b>		4,9	4,1	0,1	3,0	10,9	18,0	14,3
<b>2005</b>		2,3	3,1	1,6	2,7	1,6	11,6	9,5
Contribuição (p.p.)			1,7	0,3	2,0	0,3	2,1	-1,3
<b>2006 (estimado)</b>		3,5	4,2	1,8	3,5	7,1	5,8	14,1
Contribuição (p.p.)			2,3	0,4	2,7	1,4	1,0	-1,8

Fonte: IBGE e Banco Central

estatísticas relativas ao segundo trimestre mostraram recuo das exportações e das importações, motivado pela greve dos auditores fiscais da Receita Federal, enquanto as referentes a julho e a agosto mostraram recuperação. Assim, a previsão para o aumento das exportações em 2006 passou de 7,5% para 5,8% e a das importações, de 14,3% para 14,1%.

Ressalte-se que essa estimativa prevê a contribuição de 4,1 p.p. da absorção doméstica para a expansão do PIB, destacando-se os expressivos crescimentos do consumo das famílias e dos investimentos, que refletem, respectivamente, ganhos de bem estar social e ampliação da capacidade produtiva do País.

**Tabela 1.12 – Produto Interno Bruto – Ótica da demanda<sup>1/</sup>**  
Taxa acumulada ao longo do ano

Discriminação	Variação %					
	2005				2006	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
PIB a preços de mercado	2,8	3,4	2,6	2,3	3,3	2,2
Consumo das famílias	3,3	3,2	3,0	3,1	3,6	3,8
Consumo do governo	1,1	2,1	1,8	1,6	1,9	1,9
Formação Bruta de						
Capital Fixo	2,3	3,1	1,2	1,6	9,0	5,9
Exportação	13,6	13,3	12,9	11,6	9,3	4,1
Importação	12,2	12,5	11,4	9,5	15,9	13,9

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

**Tabela 1.13 – Produto Interno Bruto**  
**Trimestre ante trimestre imediatamente anterior**  
Dados dessazonalizados

Discriminação	Variação %					
	2005				2006	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
PIB a preços de mercado	0,2	1,4	-1,2	1,2	1,3	0,5
Agropecuária	1,0	-0,4	-2,6	1,0	1,1	0,8
Indústria	-1,0	1,9	-0,8	1,3	1,2	-0,3
Serviços	0,0	0,9	0,2	0,7	0,6	0,6
Consumo das famílias	0,1	0,8	0,9	1,3	0,6	1,2
Consumo do governo	0,2	0,9	-0,4	0,2	1,2	0,8
Formação Bruta de						
Capital Fixo	-3,0	4,7	-0,9	1,7	3,7	-2,2
Exportação	2,9	4,0	0,9	0,5	3,4	-5,1
Importação	0,3	2,7	1,9	-0,5	10,4	-0,1

Fonte: IBGE

A agropecuária apresentou recuperação de 0,3% em relação ao primeiro trimestre. Essa tendência deverá se intensificar ao longo do ano, tendo em vista a previsão do IBGE de expansão de 4,9% para a safra de grãos, em 2006.

Considerando a evolução na margem, o PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2006, em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados. Nessa base de comparação, a agropecuária cresceu 0,8%, e o setor de serviços, 0,6%, enquanto o produto do setor industrial recuou 0,3%. Por componentes da demanda, verificou-se recuperação do consumo, com elevações de 1,2% no consumo das famílias e de 0,8% nos gastos governamentais.

A evolução do PIB no primeiro semestre de 2006 e o desempenho recente de indicadores setoriais e de demanda mostram-se consistentes com a projeção de expansão de 3,5% do produto neste ano (ver box "Estimativa do PIB em 2006").

## 1.6 Investimentos

Segundo o IBGE, os investimentos, excluídas as variações de estoques, aumentaram 5,9% no primeiro semestre de 2006, ante igual período de 2005. A análise na margem revela, após a acentuada elevação de 3,7% registrada no primeiro trimestre de 2006, ante o quarto trimestre de 2005, redução de 2,2% dos investimentos no segundo trimestre do ano, em relação ao trimestre encerrado em março, dados dessazonalizados. O crescimento dos investimentos no segundo trimestre de 2006, em relação ao período correspondente do ano anterior, atingiu 2,9%.

O comportamento dos investimentos no ano vinha sendo sinalizado pela evolução de indicadores antecedentes, conforme tem sido mencionado nos últimos Relatórios de Inflação, entre eles o risco-Brasil, medido pelo *Emerging Markets Bonds Index Plus (Embi+)*, do JP Morgan. A evolução do risco-país continua a indicar o ambiente propício à retomada dos investimentos, comportamento que deverá se manter nos próximos meses, com efeitos positivos sobre o aumento da capacidade produtiva e a expansão do nível de atividade.

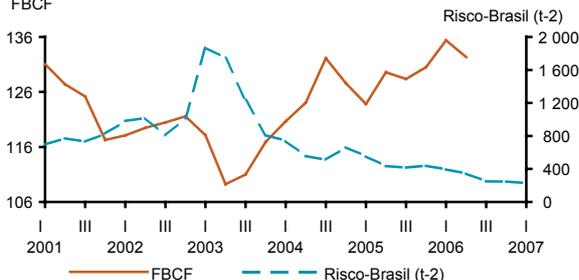
O aumento nos investimentos no primeiro semestre, conforme registrado pelas contas nacionais, já vinha sendo antecipado pela trajetória de indicadores mensais da FBCF, sobretudo pelo crescimento acumulado no ano de 4,7% para a construção civil, principal componente da FBCF. A

**Gráfico 1.19 – Investimento (FBCF) e risco-Brasil**

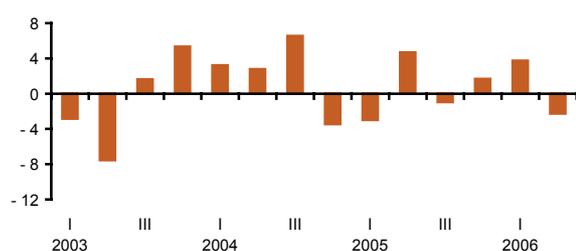
Dados dessazonalizados

1990=100

FBCF



Fonte: IBGE e JP Morgan

**Gráfico 1.20 – Formação Bruta de Capital Fixo<sup>1/</sup>**Trimestre ante trimestre imediatamente anterior  
Variação %

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

absorção de bens de capital continuou se expandindo no semestre, assegurada pelo crescimento de 5% na produção doméstica desses bens, com as taxas de crescimento das exportações e das importações desses bens atingindo 7,2% e 28,8%, respectivamente.

Estatísticas disponíveis para julho continuam a evidenciar a expansão dos indicadores da FBCF. A produção de insumos da construção civil e a produção de bens de capital apresentaram crescimentos anuais respectivos, até julho, de 5,1% e de 5,5%, e as exportações e as importações de bens de capital elevaram-se em 6% e 29,6%, respectivamente.

**Tabela 1.14 – Indicadores de investimento**

Discriminação	Variação percentual			
	2006			
	Abr	Mai	Jun	Jul
<b>No mês<sup>1/</sup></b>				
<b>Bens de capital</b>				
Produção	-0,1	2,0	-0,7	1,0
Importação	-6,7	0,6	9,3	1,7
Exportação	6,6	-9,3	7,5	-4,9
Insumos da construção civil	-0,4	2,0	-0,2	1,1
<b>No ano</b>				
<b>Bens de capital</b>				
Produção	6,7	6,6	5,0	5,5
Importação	31,7	29,5	28,8	29,6
Exportação	7,5	6,3	7,2	6,0
Insumos da construção civil	4,8	5,3	4,7	5,1
Financiamentos do BNDES	-12,1	-9,7	-8,7	-7,9

Fonte: IBGE, Funcex e BNDES

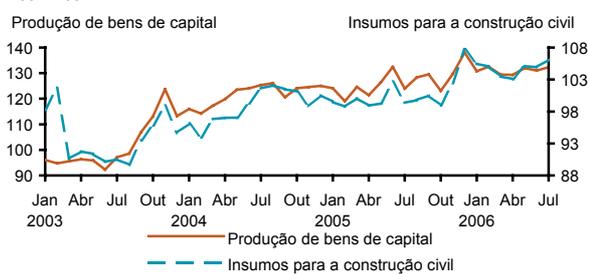
1/ Dados dessazonalizados.

O desempenho favorável dos investimentos no ano vem ocorrendo a despeito do cenário de perda de renda do setor agropecuário, com desdobramentos negativos sobre a demanda por máquinas e equipamentos direcionados ao setor. Nesse contexto, as produções de máquinas e de demais peças e equipamentos agrícolas registraram, respectivamente, quedas de 19,7% e de 33,2% no ano, até julho.

A evolução dos investimentos nos primeiros sete meses do ano foi sustentada, fundamentalmente, pela produção de bens destinados aos setores de energia elétrica, da construção e de bens mistos, que aumentaram 36,8%, 16,2% e 9,6%, respectivamente, ante igual período de 2005.

A produção associada ao setor de transportes recuou 1%, no período, impulsionada, por um lado, pelo desempenho de itens destinados à construção de aviões, além de ônibus, mas afetada desfavoravelmente pela produção de máquinas agrícolas e de caminhões. Nesse sentido, de acordo com estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção de ônibus elevou-se em 3,9% nos primeiros sete meses do ano, influenciada pelas exportações do setor; a produção de máquinas agrícolas recuou 19,1%, influenciada, principalmente, pelas quedas registradas nos segmentos de colheitadeiras, 33,4%, e de tratores de rodas, 23,3%; e a produção de caminhões decresceu 11,2%.

A continuidade dos resultados recentes dos investimentos deverá ser sustentada nos próximos meses, favorecida pelo baixo patamar do risco-país, assim como pelas intenções de ampliação de capacidade instalada, reveladas por levantamentos recentes da FGV.

**Gráfico 1.21 – Produção de bens de capital e de insumos para a construção civil**Dados dessazonalizados  
2002=100

Fonte: IBGE

**Tabela 1.15 – Produção de bens de capital**

Discriminação	Variação acumulada no ano			
	2006			
	Abr	Mai	Jun	Jul
Bens de capital	6,7	6,6	5,0	5,5
Industriais	-1,8	-1,4	-1,9	-0,3
Seriados	-3,3	-2,8	-2,8	-0,9
Não seriados	7,5	7,7	4,4	3,6
Agrícolas	-17,8	-16,3	-18,6	-19,7
Peças agrícolas	-35,4	-32,3	-29,7	-33,2
Construção	17,8	19,2	17,5	16,2
Energia elétrica	40,8	40,2	37,1	36,8
Transportes	-2,8	-0,6	-2,4	-1,0
Misto	14,2	11,8	10,1	9,6

Fonte: IBGE

**Tabela 1.16 – Produção de autoveículos**

Discriminação	Variação percentual			
	2006			
	Abr	Mai	Jun	Jul
Mês <sup>1/</sup>				
Máquinas agrícolas	-8,0	4,8	-7,9	-8,8
Ônibus	-8,0	10,3	-8,6	1,6
Caminhões	-8,6	10,4	-4,5	5,6
Trimestre/trimestre anterior <sup>1/</sup>				
Máquinas agrícolas	6,1	1,9	-7,8	-8,7
Ônibus	17,8	15,7	5,7	1,5
Caminhões	-1,6	3,5	3,4	3,6
No ano				
Máquinas agrícolas	-19,0	-17,3	-18,4	-19,1
Ônibus	4,3	8,0	3,6	3,9
Caminhões	-14,9	-12,7	-13,7	-11,2

Fonte: Anfavea

<sup>1/</sup> Dados dessazonalizados.

## 1.7 Conclusão

A atividade econômica seguiu em expansão no segundo e no início do terceiro trimestre deste ano, mantendo a tendência delineada desde 2003 e ritmo de crescimento compatível com o ambiente requerido para a estabilidade de preços. A demanda interna, novamente, respondeu integralmente pelo atual dinamismo do nível de atividade, registrando-se elevação tanto dos indicadores de consumo, favorecidos pelo crescimento da massa salarial real e pela melhoria das condições de crédito, quanto dos relativos a investimentos, em sintonia com a consistência dos fundamentos econômicos e com a evolução do risco-país.

Esse cenário se mostra sustentável para os próximos meses, levando-se em conta as perspectivas tanto para o comportamento da economia mundial quanto para os determinantes da absorção doméstica, como a evolução do emprego, da renda, do crédito e dos investimentos, estes estimulados pelo momento propício à aquisição de máquinas e equipamentos, pelo baixo patamar do risco-país, assim como pelas intenções de ampliação de capacidade produtiva.